

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## PROJETO DE LEI Nº 7.566, DE 2010

Cria a profissão de Agente  
Comunitário de Reflorestamento e Meio  
Ambiente

**Autor:** Deputado HUGO LEAL

**Relator:** Deputado FELIPE BORNIER

### I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para análise quanto ao mérito, nos termos do art. 32, inciso XIII, o Projeto de Lei (PL) nº 7.566, de 2010, do ilustre Deputado Hugo Leal, que intenta criar a profissão de Agente de Reflorestamento e Meio Ambiente.

A proposição incumbe ao Agente Comunitário de Reflorestamento e Meio Ambiente, entre outras, as seguintes atividades: reconstrução de matas ciliares; reflorestamento de áreas previamente identificadas; inventário de florestas, identificando espécies e monitorando o crescimento de árvores; medições e transporte de árvores derrubadas; e realização de cursos, palestras e outros eventos de conscientização sobre a preservação de meio ambiente.

São requisitos para o exercício da profissão criada, de acordo com o PL 7.566/2010: residir na área da comunidade em que atuar ou próximo a ela; haver concluído com aproveitamento curso de qualificação básica para a formação de Agente Comunitário de Reflorestamento e Meio Ambiente; e haver concluído o ensino fundamental.

Ainda conforme o projeto de lei em análise, o Agente Comunitário de Reflorestamento e Meio Ambiente prestará os seus serviços aos Municípios e ao Distrito Federal, cabendo ao Ministério do Meio Ambiente a regulamentação desses serviços.

Por fim, o PL 7.566/2010 determina que as regras criadas não se aplicam ao trabalho voluntário e estabelece o início da vigência da lei para a data de sua publicação.

A proposição tramita em regime ordinário e será analisada, ainda, pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, de forma conclusiva.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao PL 7.566/2010.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A Constituição Federal de 1988 considera o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, como direito de todos, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Ainda conforme a Carta Magna, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público, entre outras atribuições: preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País; promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; e proteger a fauna e a flora.

É tarefa extremamente árdua, diante da imensidão do nosso País. É certo que a estrutura dos órgãos ambientais das três esferas de governo foi aprimorada nos últimos anos e aumentaram as equipes de fiscalização. No entanto, é praticamente impossível estar presente o tempo

todo nos locais mais distantes e de difícil acesso. Para isso, deve-se contar com a colaboração dos reflorestadores locais, que detêm conhecimento profundo sobre o meio ambiente que habitam e podem contribuir com sua preservação.

Temos, contudo, pequenos ajustes ao projeto. O primeiro é a substituição do termo “Agente Comunitário de Reflorestamento e Meio Ambiente” por “Agente de Reflorestamento e Meio Ambiente”, o que fazemos por meio da Emenda nº 1.

Por meio da Emenda nº 2, propomos a inclusão de função prevista na Justificação do Projeto, qual seja, a de “atuar na preservação e na recuperação do meio ambiente, evitando a destruição da biodiversidade, erosão e empobrecimento dos solos, enchentes e assoreamentos dos rios”.

Por fim, a terceira alteração que propomos é relativa aos requisitos para o exercício da profissão. Entendemos mais apropriado que o Agente more no Município, não necessariamente na comunidade em que irá atuar. Outrossim, a exigência de que o Agente tenha concluído curso fundamental não é factível nas regiões mais longínquas do País, justamente onde esse profissional se faz mais importante. Propomos a exigência de que o Agente tenha cursado, com êxito, até a quarta série do ensino fundamental. Essas alterações são formalizadas mediante a Emenda nº 3.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.566, de 2010, com as emendas anexas.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2012.

Deputado FELIPE BORNIER  
Relator

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**

**PROJETO DE LEI Nº 7.566, DE 2010**

Cria a profissão de Agente  
Comunitário de Reflorestamento e Meio  
Ambiente

**EMENDA Nº 1**

Substitua-se, na ementa e ao longo do texto do Projeto de Lei nº 7.566, de 2010, a expressão “Agente Comunitário de Reflorestamento e Meio Ambiente” por Agente de Reflorestamento e Meio Ambiente.

Sala da Comissão, em        de        de 2012.

Deputado FELIPE BORNIER  
Relator

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**

**PROJETO DE LEI Nº 7.566, DE 2010**

Cria a profissão de Agente  
Comunitário de Reflorestamento e Meio  
Ambiente

**EMENDA Nº 2**

Dê-se aos incisos I e III do art. 3º do Projeto de Lei nº  
7.566, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 3º .....

I - residir na área do Município em que atuar ou próximo  
ele;

II – .....;

III - haver cursado, com aprovação, até a sexta série do  
ensino fundamental”.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2012.

Deputado FELIPE BORNIER  
Relator

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### PROJETO DE LEI Nº 7.566, DE 2010

Cria a profissão de Agente  
Comunitário de Reflorestamento e Meio  
Ambiente

### EMENDA Nº 3

Acrescente-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 7.566, o  
seguinte inciso II, renumerando-se os demais:

“Art. 2º .....

I - .....;

II - atuar na preservação e na recuperação do meio  
ambiente, evitando a destruição da biodiversidade, a  
erosão e o empobrecimento dos solos, enchentes e  
assoreamentos dos rios;

.....”

Sala da Comissão, em                      de                      de 2012.

Deputado FELIPE BORNIER  
Relator